
“A Gente Vai Continuar se Escondendo da Sociedade?” – Notas Etnográficas Sobre a Situação de Rua, a Violência e a Discriminação em Espaços Urbanos

Bruno Guilhermano Fernandes

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2766>

DOI: 10.4000/pontourbe.2766

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Referência eletrónica

Bruno Guilhermano Fernandes, « “A Gente Vai Continuar se Escondendo da Sociedade?” – Notas Etnográficas Sobre a Situação de Rua, a Violência e a Discriminação em Espaços Urbanos », *Ponto Urbe* [Online], 16 | 2015, posto online no dia 31 julho 2015, consultado o 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/2766> ; DOI : 10.4000/pontourbe.2766

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 Maio 2019.

© NAU

“A Gente Vai Continuar se Escondendo da Sociedade?” – Notas Etnográficas Sobre a Situação de Rua, a Violência e a Discriminação em Espaços Urbanos

Bruno Guilhermano Fernandes

- 1 Com base nas propostas de Magnani (2002), neste relato etnográfico objetivo exemplificar como a identificação de relações e das práticas sociais possibilita o uso, com relativa razoabilidade, da estratégia de análise que é denominada de olhar de perto e dentro (Magnani, 2002), no intuito de se visualizar as singularidades que constituem as dinâmicas das interações dos atores sociais em um contexto específico. Nesse sentido, proponho o registro da identificação de acontecimentos que envolveram atores sociais integrantes e relacionados ao jornal intitulado Boca de Rua, em um contexto de reivindicações de seus direitos e de manifestação dos seus modos de inscrição política em Porto Alegre/RS.
- 2 Na tarde de 24 de fevereiro de 2015, por volta das 14 horas, acontecimentos relativamente inéditos se destacaram em mais uma reunião desse jornal, dessa vez, num espaço cultural tido como consagrado em Porto Alegre/RS. Nesse dia, a reunião, que semanalmente ocorre pela terça-feira à tarde, foi agendada para um local distinto de onde comumente vinha sendo realizada, numa tentativa, por parte dos integrantes do jornal, de vincular o coletivo a uma nova sede. Em outras ocasiões, porém, as reuniões vinham sendo executadas no chamado “Parque da Redenção”, ou somente “Redenção”, nome de origem histórica e popularizado para o conhecido Parque Farroupilha na capital gaúcha.
- 3 O “Boca”, como é comumente categorizado, é um jornal trimestral feito com e pelos chamados moradores de rua, em Porto Alegre, tendo como foco principal a garantia do direito à comunicação aos seus participantes e à população em situação de rua, através de sua produção e pela sua circulação, sendo os seus integrantes os responsáveis pela sua realização, venda e pela própria renda informal e autonomamente conquistada.

- 4 Na "Redenção", próximos à Avenida João Pessoa e das ruas do bairro Cidade Baixa (conhecido como bairro boêmio e residencial), os integrantes do jornal Boca de Rua, à sombra de árvores nativas, vinham desde dezembro de 2014 realizando os seus encontros e reuniões, fundamentalmente para a discussão das pautas e notícias e para a distribuição, pela coordenadora e apoiadores, dos "malotes" de jornal, pacotes com as unidades que são vendidas pelos próprios jornalistas. Anteriormente a isso, as reuniões do jornal eram realizadas no prédio do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS, conhecido como GAPA, interditado por questões técnicas e estruturais no final de 2014.
- 5 Durante algumas vezes, pela "Redenção", na condição de colaborador do jornal, notava que o espaço do parque era significado por alguns membros não apenas como sendo um espaço de trabalho e envolvimento com as questões levantadas pelo grupo, mas também como espaço de sociabilidade, também próximo a zonas de moradia de alguns envolvidos. Com isso, nos espaços da "Redenção", era comum a manifestação de práticas com sentidos que ultrapassavam as lógicas profissionais adotadas no jornal. Dessa forma, insurgia a emergência da expressão de um estilo de vida incorporado, oriundo de uma situação provocada por multicausalidades (Schuch e Gehlen 2012:13), especificamente naquele território diante da temporalidade proposta pelas reuniões, caracterizando, com isso, a configuração de um espaço demarcado por habitações provisórias ou por trocas específicas entre os integrantes do jornal.
- 6 No entanto, em fevereiro de 2014, na tentativa de mudança da sede do jornal, episódios singularizaram as trajetórias de alguns de seus integrantes. No dia 24, pela Rua Sete de Setembro, após passar algumas quadras pelo agitado Largo da Alfândega, praça no centro da capital gaúcha, cheguei à Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ), centro cultural e local onde a reunião do jornal estava agendada naquela tarde. Essa proposta era a possibilidade de realizar as reuniões novamente em um espaço fechado, especificamente em uma sala, já que as movimentações na "Redenção", em algumas ocasiões, estavam dificultando as discussões feitas pelo grupo ou dispersando alguns de seus integrantes, limitando determinadas comunicações no processo de elaboração das reportagens. Há quase um ano vinha acompanhando essa prática e essas dinâmicas, enquanto colaborador do jornal e estudante-pesquisador do curso de Ciências Sociais, também na condição de bolsista de um projeto de extensão e pesquisa junto à chamada população em situação de rua¹, identificando, descrevendo e refletindo sobre aspectos excluídos da perspectiva dos enfoques, para efeito de contraste, qualificados como *de fora e de longe* (Magnani, 2002).
- 7 À luz dessas motivações, naquele dia, estaríamos saindo da beira da Avenida João Pessoa para constituir territorialidades em outros espaços sociais, ou melhor, em uma sala sem barulhos de carros e de pessoas conversando, uma mudança relativamente importante, talvez não para alguns dos integrantes do jornal, prevista para essa reunião na CCMQ. Nesse dia, diante de algumas desconfianças prévias, decidi ir mais cedo para a reunião marcada às 14h30min, chegando à Casa de Cultura Mário Quintana² por volta das 14h, observando recortes da composição da paisagem na cidade e de seus equipamentos.

O olhar etnográfico de perto e de dentro: a violência e a discriminação no espaço público

- 8 Logo após entrar na Travessa dos Cataventos, pequena rua que dá acesso a Casa de Cultura Mário Quintana, observei, ainda de longe, dois integrantes do jornal, que haviam chegado

do a alguns minutos antes de mim, conversando na calçada da Rua dos Andradas, do outro lado da travessa mencionada. Após passar as entradas principais da CCMQ e ir em direção a eles, encontrei com Conrado³ e Ana Maria que aguardavam os demais integrantes, mas a gitados, principalmente por um episódio que havia recentemente acontecido.

- 9 Após cumprimentar Conrado, cadeirante que participa do jornal há anos, ele me notificou acerca da sua saída recente do chamado hospital Vila Nova, após ter ficado 19 dias por lá internado com problemas de saúde que pouco pôde me descrever. No meio de sua explicação, Ana Maria, interpellando, direcionou-se a mim com certa intensidade e, em tom de indignação, manifestou as suas reações a determinadas práticas de violência que tinha acabado de vivenciar. Interferiu agitada, me relatando como um segurança e um faxineiro do local, em poucos instantes, haviam repreendido com violência a ela, bem como a Marco Antônio, outro integrante que saiu pelas proximidades da CCMQ, após ter sido retirado por imposição de dois trabalhadores locais.
- 10 Ana Maria estava extremamente nervosa, me relatava em alto volume o que havia presenciado. Em reação, me posicionei de modo a escutá-la e tentando compreendê-la momentaneamente, usando poucas palavras em minhas respostas. Indagava-a, porém, ainda mais sobre o que tinha ocorrido. Explicou-me rapidamente que ela, Conrado e Marco Antônio tinham acabado de ser verbalmente ofendidos, e que Marco Antônio havia sido “recolhido pelo braço à força e de que ainda jogaram as coisas dele no meio da rua”, segundo seus relatos, na calçada de frente da CCMQ, pois estavam sentados aguardando a reunião e os outros integrantes chegarem. Insatisfeita e expressando a não aceitação das agressões, que podem ser consideradas como uma espécie de *insulto moral* (Cardoso de Oliveira 2008:136) - uma ofensa que não pode ser traduzida facilmente nos termos legais vigentes e que, por definição, é sentida como uma falta de reconhecimento da identidade do interlocutor e dos seus direitos -, Ana Maria afirmou primeiramente que aguardaria a chegada de Amélia, a coordenadora e fundadora do jornal, para se direcionarem imediatamente à direção da Casa de Cultura e aos gestores responsáveis.
- 11 Porém, após lhe questionar mais acerca do ocorrido, Ana Maria mudou de ideia, e, de imediato, convocou-me para ir conversar com os seguranças do local, para que explicasse a essas pessoas precisamente o que eles, moradores de rua, estavam fazendo ali, para que mencionasse que eram trabalhadores, sobre a sua situação e o que era o próprio jornal Boca de Rua. No entanto, nitidamente, para além dessas explícitas intenções, compreendi que seu objetivo era pedir explicações em torno do porquê de tanta violência num único instante, já que estavam “apenas sentados na rua”, como me afirmou, suscitando a necessidade dos interventores enunciarem modos de pedidos de desculpas ou de reconhecerem seus erros, desestabilizando parcialmente olhares discriminatórios.
- 12 Acompanhando sua caminhada pela Travessa dos Cataventos em direção à entrada da CCMQ, Ana Maria fazia questão de me falar em tom alterado, pelo seu jeito de se expressar, o que o segurança e o outro rapaz responsável pela limpeza do local haviam lhe dito e feito, mas também para que todos ali presentes, ou os que estivessem circulando naquele momento, pudessem ser notificados daquela situação violenta. Repetia-me as palavras de agressão que haviam sido enunciadas por eles, entre elas, duas que revelavam a expressão e evidente e censurável da manifestação do racismo e da discriminação à situação de pobreza, ou, nos termos empregados, a de que havia sido chamada de “negra suja”, além de outros adjetivos que desqualificavam a sua dignidade humana, vinculados a um modo de pensar discriminatório e que nega a alteridade. Conhecendo há algum tempo Ana Maria, imaginei que não tenha tolerado os insultos por questões pessoais relacionadas à sua trajetória

- a de vida, denunciando repetidamente naquele espaço as agressões enunciadas pelos dois homens. O mesmo para o caso de Marco Antônio, que segundo ela, repito, "havia sido retirado à força" da calçada em frente ao local. Conrado, enquanto cadeirante, aguardava no mesmo local, mas também demonstrando insatisfação à situação dos companheiros.
- 13 Seguindo caminhando pela travessa e ouvindo Ana Maria, ela reforçou o pedido para que conversasse imediatamente com os seguranças e explicasse a razão por ali estarem, me demonstrando também uma razão de não pertencimento e identificação com aquele lugar, frequentado comumente por grupos politicamente dominantes e por camadas médias escolarizadas da cidade de Porto Alegre.
- 14 Nesse momento, percebi que Ana Maria restituía uma forma particular de confiança em mim, ao me falar e demandar uma posição diante dos ocorridos. Era a expressão do que penso e denomino ser uma espécie de "confiança circunstancial"⁴, assinalando que as minhas colaborações na construção do jornal produziam vínculos com a coletividade, que repercutiam em uma série de efeitos, entre elas a circunscrição de uma representação de seus trabalhos para atores alheios, diante de um episódio até então inesperado. Porém, talvez não tanto para as pessoas que vivem e habitam as ruas e são submetidas às mais diversas formas de violência no seu cotidiano, infelizmente.
- 15 Ao chegarmos ao balcão da recepção, Ana Maria rapidamente perguntou às atendentes como poderíamos falar com os seguranças e a coordenação desse setor. As atendentes apontaram para o outro lado da travessa, onde se situava a entrada inversa da CCMQ. Seguimos para lá, onde imediatamente avistei dois seguranças em pé, um homem e uma mulher. Após questionarmos sobre o responsável pela segurança do local naquela tarde, Roberta, encarregada por esse setor se apresentou e perguntando quem éramos e o que demandávamos. Como interlocutor da situação, apresentei-me a Roberta e expliquei brevemente sobre o incidente que ocorrera e do que se tratava o Boca de Rua, resumindo a sua organização e sua razão de existir.
- 16 Receptiva, Roberta foi extremamente atenciosa comigo e simultaneamente, após solicitar, ouviu calmamente a explicação de Ana Maria sobre os acontecimentos, inclusive as palavras mencionadas na agressão que sofreu com seus colegas. Após o desabafo de Ana Maria, complementei dizendo a Roberta as intenções profissionais por trás do fato dessas pessoas ali estarem.
- 17 Conversamos mais um pouco sobre isso e Ana Maria voltou para a calçada onde estava anteriormente. Expliquei a Roberta o motivo do grupo realizador do jornal estar iniciando naquela tarde as suas reuniões na CCMQ. Ela compreendeu a presença deles ali, afirmando que o espaço é público e que todos possuem o direito de circular por suas salas e corredores. Questionou-me ainda em nome de quem estava a reserva da sala, respondi ser da coordenadora Amélia, que logo chegaria, já que a reunião estava marcada para as 14h30min.
- 18 Retornei à calçada da Rua dos Andradas e mais pessoas tinham chegado. Pedi para que aguardassem um momento antes de irem à sala. Inclusive Marco Antônio retornou. Em seguida, voltei a falar com Roberta pela travessa, quando apareceu um dos agressores, o faxineiro, que depois se manifestou como ex-morador de rua, revelando antipatia à aquela situação. O homem afirmou ter dito para Ana Maria sair da calçada em frente à Casa, já que ela não estava trabalhando. Ana Maria viu e veio em direção a ele, expressando sua insatisfação: "agora vem tentar tirar a gente dali, estamos esperando para participar do "Boca", entre outras manifestações diretas. Ele ficou olhando, aparentemente muito tenso. Ela sai

- u e ele logo nos disse: “se não tivesse “fardado” ela ia ver o que é bom”, fazendo gestos com uma vassoura na mão. Falei, em resposta, que ela estava justamente esperando para realizar uma reunião de trabalho e que iríamos resolver aquele conflito conversando, não usando da força arbitrariamente. Roberta concordou e lhe pediu calma repetidamente. O homem consentiu.
- 19 A segurança responsável, logo em seguida, dirigiu-se comigo até a calçada onde estavam os integrantes e, educadamente, pediu desculpas em nome de seus colegas. Marco Antônio reforçou a ela o que havia ocorrido, muito consciente da situação. Ela ouviu e lhe afirmou que qualquer pessoa poderia subir e circular tranquilamente depois, pois havia conversado comigo e Ana Maria sobre o assunto.
- 20 Marco Antônio ainda estava incomodado, repetindo que “a rua é pública e tinha direito de ali estar e ficar”, que de modo algum se justificava o comportamento dos colaboradores da Casa. Nesse momento, notei que a fala de Marco Antônio se aproximava do conteúdo de um discurso político difundido e encontrado em algumas ações de proteção a pessoas em situação de rua em época de Copa do Mundo, período que ele também havia vivenciado.
- 21 Como parte de minha pesquisa, lembrava que Marco Antônio, no período do megaevento na cidade, acompanhava semanalmente as reuniões do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), quando uma rede de proteção e defesa às pessoas em situação de rua foi formada durante a Copa do Mundo. Para alguns gestores públicos e juristas relacionados, era recorrente a fala de que “as pessoas têm direito de ficar na rua, que ninguém pode ser recolhido à força”. Nesse sentido, de modo consciente, Marco Antônio manifestava semelhante retórica diante de sua fala de defesa para os trabalhadores da CCMQ, apropriando-se dessa razão jurídica de maneira objetiva, no intuito de expor a sua reivindicação em torno da garantia do seu direito civil de ir, vir e permanecer.
- 22 Após a fala de Marco Antônio, Roberta afirmou a todos que aguardaria a responsável pela sala chegar, mas se quiséssemos poderíamos subir e aguardar no saguão interno do prédio. Não demorou muito e Amélia, coordenadora do jornal, chegou à calçada da Rua dos Andradas onde todos estavam concentrados. Amélia cumprimentou a todos. Após saber do episódio, disse-me rapidamente: “sabia que não ia dar certo aqui”, confirmando algumas percepções prévias que tinha sobre as injunções e barreiras simbólicas daquele local.
- 23 Posteriormente, todos seguiram para a sala reservada. O clima ainda era de desconfiança e nervosismo para alguns. Subimos e nos acomodamos. Nesse momento, Romeu, um integrante do jornal, me ligou para que eu o esperasse na entrada do prédio. Desci e logo ele chegou, repassando-me alguns bilhetes, os quais divulgavam uma ação prevista, para aquela mesma semana, do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) com o Instituto Geral de Perícias (IGP), onde agentes emitiriam documentos para as pessoas em situação de rua que deles necessitassem. Romeu iria repassar para todo o grupo. Essa descrição sobre a organização desse evento é o extrato que aponta indicadores da expansão das políticas públicas para essa população nos últimos anos em Porto Alegre. Depois de todos acomodados na sala, os bilhetes foram distribuídos e as discussões começaram.
- 24 Amélia iniciou expondo a relevância de todo o grupo debater o ocorrido, assim como, se todos desejariam continuar realizando as reuniões na sala. Marco Antônio, sem falar, apenas mexia a cabeça assinalando que não, e ainda, gesticulou, como a esperar que mais alguém lhe acompanhasse.
- 25 Após isso, a coordenadora abriu para as falas dos integrantes. Muitos opinaram sobre o fato ocorrido e também me manifestei. Devo admitir que as falas iniciais me impactaram em

quanto colaborador. Marco Antônio foi o primeiro a se pronunciar. Após explicar novamente o acontecimento para todo o coletivo, ressaltou não ser mais a favor das reuniões no local, expondo claramente que "esse local não era lugar para morador de rua", entre outras afirmações em torno da violência que havia sofrido. Suas palavras tiveram desdobramentos para as falas de boa parte do grupo. Um outro integrante, seu colega, reagiu rapidamente: "Não é bem assim, a gente vai continuar se escondendo da sociedade? Tem que saber conviver também". Em resposta, Marco Antônio, surpreso, expôs: "A gente sabe conviver com eles, eles que não sabem conviver com a gente".

- 26 Essas críticas palavras fundamentaram minha reflexão em torno das percepções sobre a violência e as discriminações que essas pessoas, em situação de rua, constroem por serem submetidas ao longo de suas trajetórias. Nesse sentido, em determinados casos, de maneira subjacente às relações, há uma consciência incorporada que tendem a adquirir de sua posição social, a partir de julgamentos externos das aparências de seus corpos ou em resposta, mediante críticas contundentes a esses julgamentos, que simbolizam as suas condições econômicas e sociais (Bourdieu 2006:86). Em relação a isso, considero as análises etnográficas de Pierre Bourdieu (2006) por proporcionarem correlações para a discussão em torno dos processos de mediação da consciência incorporada que os atores adquirem de sua posição social.
- 27 Retomando as discussões na CCMQ, em seguida a Marco Antônio, outros integrantes se manifestaram. A reunião foi dominada por discursos de insatisfação em relação à discriminação e ao racismo existente aos "moradores de rua", principalmente pelas condições materiais de existência que são relacionadas por pessoas que negligenciam essa situação. Analisando que, nesse momento, os integrantes se pronunciaram não somente baseados em suas razões particulares, mas também politicamente expressaram certas sensações através da oralidade, compondo um campo de enunciações permeado por emoções e por manifestações de moralidades específicas, com traços compartilhados coletivamente. Um efeito da violência moral que sofrem em várias situações e das circunstâncias com que muitos lidam, criticam, ou até naturalizam o racismo, além de outras formas de preconceito e violência.
- 28 Ao me manifestar para o grupo na ocasião, enfatizei a relevância de todos debaterem o ocorrido, expondo algumas de minhas concepções intersubjetivas, como a visão de que devemos ser tolerantes no campo das ideias, mas intolerantes frente às formas de violência e a discriminação. Reforcei também acerca da relevância de estarem todos naquele espaço, visto que o coletivo estava quebrando barreiras geográficas em torno de deslocamentos na cidade, porém, sobretudo, que estavam perpassando barreiras simbólicas relacionadas a aquela instituição, de modo relativamente consciente das limitações culturais que afetam a frequência das pessoas de baixa renda naqueles espaços, ponderando as considerações de Bourdieu (2007)⁵.
- 29 Em seguida, com essas discussões, pautas para reportagens futuras foram retiradas durante a reunião. O grupo decidiu a submissão de uma carta, com direito de resposta, para a direção da Casa de Cultura Mário Quintana, buscando satisfações e argumentações sobre o ocorrido e uma posição reparadora diante dos fatos. A pauta principal discutida para o jornal girou em torno do título abordado: "Locais que o morador de rua não entra". Observo que tal frase associa-se ao caráter performático do jornal Boca de Rua como também sendo um espaço simbólico de denúncias das violações de direitos e agressões que ocorrem com as pessoas em situação de rua.

Apontamentos e desdobramentos dos fatos registrados

- 30 Com essas descrições, noto como os acontecimentos, que configuram violências contra as pessoas em situação de rua, são demarcados por aspectos delineados a partir de um julgamento superficial sobre as maneiras de existir e de se portar das pessoas nessa situação. O jornal Boca de Rua, em sua essência, apresenta-se como projeto que proporciona argumentos contrários a esses julgamentos e favorece a manifestação de práticas que contrastam e se opõem aos estigmas e preconceitos direcionados à população em situação de rua, como o próprio fato de atores alheios ainda opinarem sobre o não envolvimento dos moradores de rua em trabalhos formais ou sobre seus comportamentos no espaço público.
- 31 Análise que essas pessoas, assim como todas as outras, carregam hábitos e sentidos próprios aos seus modos de vida. No entanto, diante de um ambiente profundamente marcado por influências simbólicas e padrões civilizatórios, como se percebe pela CCMQ, todos os envolvidos nos acontecimentos descritos se posicionaram de maneira crítica a partir do sentido que atribuem ao jornal e às relações existentes no grupo que realiza e compõe o Boca de Rua.
- 32 Por fim, como um dos resultados da experiência do dia 24 de fevereiro, planos foram elaborados e executados nas reuniões seguintes do jornal, planejadas para o mesmo local, continuando também com a comum distribuição dos “malotes” para os integrantes jornalistas-jornaleiros.
- 33 No dia 3 de março, na mesma sala da CCMQ, o grupo compôs e revisou a carta para a direção da Casa de Cultura. Na terça seguinte, dia 10 de março, entregamos à direção. Conversamos tanto com a diretora responsável pelo uso das salas, quanto com o atual diretor da instituição, que havia assumido o cargo recentemente. Ambos foram receptivos ao escutar em os envolvidos sobre o ocorrido. Logo pediram desculpas pelo incidente, afirmando que providências seriam tomadas para aprimorar a segurança do local.
- 34 Garantiram que o grupo poderia seguir usufruindo do espaço na CCMQ, justificando pela revisão de qualificação dos colaboradores locais.
- 35 Contudo, após essa data, todos os integrantes preferiram voltar para a “Redenção”, mesmo com os diálogos e tentativas de constituição de laços com o local do conflito. Nesse sentido, considero que a dimensão simbólica, as relações com o espaço urbano e os traços compartilhados pelas moralidades se sobrepuseram às necessidades materiais de uma coletividade, isto é, ao fato de necessitarem de uma sede e um local melhor estruturado para o trabalho.
- 36 Hoje, o jornal Boca de Rua prossegue, trabalhando também para desestabilizar a dissimulação ou o ocultamento das discriminações aos moradores de rua, como se visualiza nas edições de maio, junho e julho de 2015, e contra a cristalização do racismo na esfera pública, ou, especificamente, em instituições culturais que, por vezes, nos fazem questionar acerca do conceito de cultura promovido pelas próprias políticas e ações públicas do setor. O grupo do jornal Boca de Rua retornou para as áreas verdes da “Redenção”, com a sede provisória no parque, tentando coletivamente continuar com as suas atividades em local aberto e resistindo à previsão de que logo o inverno gaúcho rigoroso chegará para todos.
- 37 Assim, do ponto de vista etnográfico, a partir dos aspectos mencionados e pela proposta de *olhar de perto e dentro* (Magnani, 2002), os acontecimentos registrados evidenciam como

certas práticas sociais e determinados fatos, que contingencialmente são objetivados, fazem sentido tanto para o analista como para os próprios atores sociais, que também engendram suas etnografias espontâneas, isto é, suas interpretações em torno do contexto da experiência, das relações humanas e sociais que constituem e dos conflitos que eventualmente ocorrem, compondo diferentes dimensões de pensamento na e da dinâmica urbana contemporânea para uma análise inteligível e explicativa.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. 2007. O amor pela arte – Os museus de arte na Europa e seu público. Porto Alegre/RS: Zouk.

BOURDIEU, Pierre. 2006. "O camponês e seu corpo". *Revista de Sociologia e Política* n. 26:82-93.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. Roberto. 2008. "Existe violência sem agressão moral?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, n. 67: 135-146.

MAGNANI, José Guilherme. 2002. "De perto e de dentro: notas para uma Etnografia Urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n. 49: 11-29.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. 2012. "A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais". In: A. Dorneles; J. Obst; e M. Silva (Org's.), *A Rua em Movimento: Debates acerca da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre* Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil. pp. 11-25.

NOTAS

1. Intitulado *Direitos Humanos, Moralidades e Subjetividades nos Circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua*, esse projeto é vinculado diretamente ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenado e orientado pela professora Patrice Schuch, docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) dessa universidade.

2. Historicamente a Casa de Cultura Mário Quintana constituiu-se como um espaço de sociabilidade e de trocas simbólicas de diferentes grupos culturais em Porto Alegre, porém, nitidamente, com grupos que não estão associados às problemáticas de baixa renda ou a baixa taxa de escolaridade na cidade. Esse cenário nos últimos anos vinha se modificando, principalmente por maiores investimentos das últimas gestões públicas, vinculadas ao governo estadual, em iniciativas de reformas e projetos na instituição. Em minhas observações, também enquanto ex-colaborador da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, identificava que essas iniciativas se aproximavam intimamente a singulares estratégias de promoção política das representações em suas relações e dinâmicas com os grupos populares, fundamentadas na abertura desses espaços às noções com o a de diversidade e a de cidadania cultural.

3. Por questões éticas, os nomes citados no texto etnográfico foram inventados/alterados, no intuito de se preservar a identidade e o anonimato dos reais envolvidos, e de não prejudicá-los pela realização pesquisa.

4. Termo cunhado pelo próprio autor, no sentido de fazer referência a uma modalidade de confiança constituída por uma circunstância específica relacionada às relações intersubjetivas no espaço urbano. Seguindo Magnani (2002), trata-se de expressar a experiência por categorias sugeridas pela criatividade do analista e/ou pelo uso de metáforas

5. A obra de Bourdieu e Darbel (2007) na França é relevante para a compreensão desses apontamentos feitos no relato etnográfico. No livro *Os museus de arte na Europa e seu público*, Pierre Bourdieu (2007) realiza considerações em torno de uma pesquisa sobre o paradigma de democratização do acesso à cultura e das atividades culturais promovidas em algumas Casas de Cultura pelo território francês. Bourdieu analisa que, mesmo com o término da barreira econômica, através da ação de gratuidade e da redução dos preços dos ingressos apoiadas pelas políticas, as barreiras simbólicas (como explica através da noção de capital cultural, por exemplo) eram fator preponderante para que as classes populares não frequentassem os espaços culturais financiados pelo governo francês, impedindo que esses segmentos tivessem acesso à oferta e a apropriação de códigos da cultura "clássica". Bourdieu coloca em xeque o paradigma de democratização da cultura, criticando-o, dando base para a reformulação das políticas culturais da França na década de 60. Em comparação, visualizo que as barreiras simbólicas existem também para as relações no contexto específico analisado nesse relato de acontecimentos em uma Casa de Cultura (CCMQ), porém, que são, com base nas interações sociais, quebradas ou reforçadas ao longo das dinâmicas nesse espaço público e urbano.

RESUMOS

Este relato etnográfico narra um encontro dos integrantes do jornal Boca de Rua, produzido e distribuído por moradores de rua em Porto Alegre-RS. Com a mudança do local de reunião do parque da Redenção para a Casa de Cultura Mario Quintana, uma situação de conflito entre integrantes do jornal e seguranças da Casa de Cultura ocorre, sendo analisada em abordagem inspirada por Pierre Bourdieu e mobilizando a noção de ofensa moral de Cardoso de Oliveira. A reunião, o conflito e seus desdobramentos são descritos em uma perspectiva *de perto e de dentro* (Magnani, 2002) a partir da posição de colaborador do jornal ocupada pelo autor.

This ethnographic report narrates a meeting of members of Boca de Rua, a newspaper edited and distributed by homeless persons in Porto Alegre, RS. As the meeting place shifted from Redenção park to Mario Quintana Cultural Centre, a conflict occurred between journal members and Cultural Centre security staff, a situation analysed in an approach inspired by Pierre Bourdieu and engaging the notion of moral offense, by Cardoso de Oliveira. The meeting, the conflict and its aftermaths are described in a *from close up and within* perspective (Magnani, 2002), from the point of view of a journal collaborator, acted by the author.

ÍNDICE

Keywords: Homeless Population, Right To The City, Moral Offense, Discrimination

Palavras-chave: Moradores De Rua, Direito À Cidade, Ofensa Moral, Discriminação

AUTOR

BRUNO GUILHERMANO FERNANDES

Graduando em Ciências Sociais-UFRGS; Bolsista de Extensão e Pesquisa (Pro-Rext/UFRGS).

DepartamentodeAntropologia (IFCH/UFRGS). E-mail: brunoguilhermano@gmail.com